

# **Importância da ética em pesquisa na área jurídica**

## *Importance of research ethics in the legal area*

**Jhéssica Luara Alves de Lima<sup>1</sup>**

**Lindocastro Nogueira de Moraes<sup>2</sup>**

**Ana Georgia Santos Donato Alves<sup>3</sup>**

<sup>1</sup> Doutora em Direito pela Universidade de Brasília (UnB) com estágio pós-doutoral pela UnB. Docente de Direito na Faculdade de Economia, Administração, Atuária e Contabilidade (FEAAC) da Universidade Federal do Ceará (UFC). Líder do Grupo de Pesquisa “Clínica Jurídica de Inovação Pedagógica”.

<sup>2</sup> Doutor em Direito pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). Docente da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN). Membro do Grupo de Pesquisa “Clínica Jurídica de Inovação Pedagógica”.

<sup>3</sup> Doutora em Direito pela Universidade de Fortaleza (UNIFOR). Docente de Direito na Faculdade de Economia, Administração, Atuária e Contabilidade (FEAAC) da Universidade Federal do Ceará (UFC). Membro do Grupo de Pesquisa “Clínica Jurídica de Inovação Pedagógica”.

**RESUMO:** A ética na pesquisa é fundamental para garantir a integridade, dignidade e direitos dos participantes, sejam eles seres humanos, animais ou o meio ambiente. No campo do Direito, a ética na pesquisa é importante para formar profissionais comprometidos com a justiça e os valores sociais e morais, contribuindo para uma sociedade mais equitativa e plural. O artigo busca destacar a importância da ética nas pesquisas jurídicas, explicando a necessidade de aprovação pelos Comitês de Ética em Pesquisa (CEPs) para garantir a proteção e o respeito aos participantes, além de fomentar uma prática de pesquisa alinhada com os princípios éticos. O artigo utiliza uma abordagem documental e analítica, revisando as principais regulamentações nacionais sobre ética em pesquisa, como a Resolução CNS nº 466/2012. A conscientização e o cumprimento das regulamentações, como as diretrizes do Conselho Nacional de Saúde, são essenciais para assegurar pesquisas respeitadas e seguras. A ética em pesquisa no campo do Direito é fundamental para fomentar a inovação e assegurar que a produção de conhecimento seja de alta qualidade, interdisciplinar e eticamente responsável.

**Palavras-chave:** Ética em Pesquisa, Direito, Pesquisas Jurídicas.

**ABSTRACT:** Ethics in research is fundamental to guarantee the integrity, dignity and rights of participants, whether they are human beings, animals or the environment. In the field of Law, ethics in research is important to train professionals committed to justice and social and moral values, contributing to a more equitable and plural society. The article seeks to highlight the importance of ethics in legal research, explaining the need for approval by Research Ethics Committees (CEPs) to guarantee protection and respect for participants, in addition to promoting research practice aligned with ethical principles. The article uses a documentary and analytical approach, reviewing the main national regulations on research ethics, such as CNS Resolution nº 466/2012. Awareness and compliance with regulations, such as National Health Council guidelines, are essential to ensure respectful and safe research. Ethics in research in the field of Law is fundamental to fostering innovation and ensuring that the production of knowledge is of high quality, interdisciplinary and ethically responsible.

**Keywords:** Research Ethics, Law, Legal Research.

## 1 INTRODU O

A pesquisa científica   a base de quase todo o conhecimento humano, possibilitando o elevado grau de desenvolvimento científico e tecnológico observado nas mais diversas áreas. Enquanto na pesquisa em saúde, descobertas como novas vacinas e avanços em biotecnologia têm impactos profundos no bem-estar humano e ambiental, nas ciências humanas e sociais aplicadas, incluindo o Direito, os avanços também promovem significativas contribui es para a sociedade. No campo jurídico, esses progressos são fundamentais para a constru o de uma sociedade mais justa, plural e equitativa.

Entender e aplicar a  tica na pesquisa   essencial para o desenvolvimento das competências e habilidades dos estudantes de Direito, preparando-os para atender às exigências de uma sociedade que valoriza a justiça e os princípios morais e sociais. Os Comitês de  tica desempenham um papel importante ao regular pesquisas que envolvem seres humanos e animais, garantindo o respeito e a preven o de danos. Eles asseguram que as pesquisas jurídicas e outras que possam apresentar riscos passem por uma avalia o  tica rigorosa, promovendo a confiabilidade e a integridade científica.

No Brasil, as diretrizes sobre  tica em pesquisa envolvendo seres humanos são estabelecidas pelo Conselho Nacional de Saúde (CNS), um órgão colegiado do Sistema  nico de Saúde (SUS). Desde a cria o dos Comitês de  tica em Pesquisa (CEPs) na década de 1980, a regulamenta o tem evoluído para incluir resolu es que abrangem diferentes aspectos éticos e metodológicos das pesquisas, como a Resolu o CNS n  196/1996 e a atual Resolu o CNS n  466/2012. Esses documentos estabelecem diretrizes que vão além da pesquisa biomédica, adaptando-se também às especificidades das ciências humanas e sociais.

A  tica na pesquisa   vital n  só para proteger os participantes, mas também para assegurar a relevância social das pesquisas, promovendo benefícios significativos enquanto minimiza riscos e danos. Assim, a forma o acadêmica no Direito deve incorporar uma sólida compreensão dos princípios éticos, preparando os futuros profissionais para atuar de maneira  tica e comprometida com a justiça social e os direitos humanos.

Este artigo visa discutir a importância da  tica na pesquisa na área do Direito, destacando a necessidade de uma forma o que valorize tanto o conhecimento jurídico quanto o compromisso  tico, essencial para o desenvolvimento de uma sociedade mais justa e humanizada.

## 2 DISCUSSÕES INICIAIS SOBRE ÉTICA EM PESQUISA NA ÁREA DO DIREITO

A pesquisa científica é o suporte de quase todo o conhecimento humano. É graças a pesquisa que é possível vivenciar o alto grau de desenvolvimento científico e tecnológico alcançado nas produções científicas. Na seara da pesquisa em saúde é possível destacar conquistas importantes tais como a descoberta de novas vacinas, medicamentos, avanços em biotecnologia e genômica que trazem impactos positivos ao bem-estar humano, de outros seres vivos e do ambiente.<sup>1</sup> Nas ciências humanas e sociais aplicadas não é diferente, assim como nos demais campos do conhecimento, os quais trazem avanços significativos em prol da humanidade.

No Direito, em especial, os avanços ocorrem paulatinamente em prol de uma sociedade plural e multicultural equitativa. Assim, compreender a importância da ética na pesquisa e aplicá-la, auxilia aos discentes dos cursos de graduação em Direito à desenvolverem habilidades e competências necessárias ao profissional que a sociedade atual requer, comprometido com a ética, com a justiça e com os valores sociais e morais.

Os Comitês de Ética, instâncias de controle social, regulam as pesquisas que envolvem seres humanos e animais objetivando o respeito e a prevenção de danos, além de dedicar-se a projetos que promovam intervenção no ambiente. As pesquisas jurídicas que envolvem algum risco aos seres humanos e/ou animais e ambiente devem passar pelo crivo do Comitê de Ética, de modo a garantir, além de confiabilidade à pesquisa, o já citado respeito e a prevenção de danos, respeitando o caminhar paralelo entre a ciência e a ética em busca do crescente progresso em benefício da humanidade e do planeta.<sup>2</sup>

A pesquisa em seres humanos, por exemplo, somente é aceitável quando ela responde, em primeiro plano, às conveniências do(a) próprio(a) pesquisado(a), a fim de minorar seu sofrimento. Qualquer pesquisa que não tenha o olhar voltado ao pesquisado(a) é condenável. Para realizar uma pesquisa em seres humanos, o(a) pesquisador(a) deve ter conhecimento dos requisitos essenciais para que a mesma esteja dentro de padrões ético-morais.<sup>3</sup>

---

<sup>1</sup> FIOCRUZ - Fundação Oswaldo Cruz. *Pesquisa e ensino: Ética em pesquisa*. Disponível em: <<https://portal.fiocruz.br/etica-em-pesquisa>>. Acesso em: 25 mai. 2024.

<sup>2</sup> FIOCRUZ - Fundação Oswaldo Cruz. *Pesquisa e ensino: Ética em pesquisa*. Disponível em: <<https://portal.fiocruz.br/etica-em-pesquisa>>. Acesso em: 25 mai. 2024.

<sup>3</sup> SCHNAIDER, Taylor Brandão. Ética e pesquisa. *Acta Cirurgica Brasileira*, vol.23, n.1, São Paulo Jan./Feb. 2008. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-86502008000100017](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-86502008000100017)>. Acesso em: 25 ago. 2019.

No Brasil, as diretrizes sobre ética em pesquisas com seres humanos são reguladas por resoluções emitidas pelo Conselho Nacional de Saúde (CNS). O CNS é uma instância colegiada, deliberativa e permanente do Sistema Único de Saúde (SUS), sendo integrante da estrutura organizacional do Ministério da Saúde. Criado em 1937 pela Lei nº 378, de 13 de janeiro, sua missão é fiscalizar, acompanhar e monitorar as políticas públicas de saúde nas suas diversas áreas, levando as demandas da população ao poder público, sendo chamado, inclusive, de controle social na saúde. Até o ano de 1990 o CNS foi um órgão consultivo do Ministério da Saúde, cujos membros eram indicados pelo próprio Ministro de Estado, debatendo apenas questões internas. Com a separação do Ministério da Saúde e da Educação Pública, o CNS foi regulamentado pelo Decreto nº 34.347, de 8 de abril de 1954. Com essa reforma, o CNS passou a dar assistência ao Ministro de Estado, determinando as bases gerais dos programas de proteção à saúde.<sup>4</sup>

As atribuições atuais do CNS estão regulamentadas pela Lei nº 8.142/1990 que dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências. O conselho atualmente é composto por 48 conselheiros(as) titulares e seus respectivos primeiros e segundos suplentes, que são representantes dos seguintes segmentos: usuários, trabalhadores, gestores do SUS e prestadores de serviços em saúde. Também fazem parte do CNS “movimentos sociais, instituições governamentais e não-governamentais, entidades de profissionais de saúde, comunidade científica, entidades de prestadores de serviço e entidades empresariais da área da saúde”. Dentre as principais atribuições do CNS, este é responsável por “realizar conferências e fóruns de participação social, além de aprovar o orçamento da saúde e acompanhar a sua execução, avaliando a cada quatro anos o Plano Nacional de Saúde”. Tudo isso visando para garantir o direito constitucional à saúde integral, gratuita e de qualidade a todos.<sup>5</sup>

O primeiro documento brasileiro a tratar de questões éticas sobre pesquisas em seres humanos data de 13 de junho de 1988. Tratava-se da Resolução nº 1 do Conselho Nacional de Saúde que regulamentava o credenciamento de centros de pesquisa e recomendava a criação de comitês de ética nas instituições de saúde, os CEP's (Comitês

---

<sup>4</sup> CNS. Conselho Nacional de Saúde. Apresentação. 24 set. 2018 atual. 08 mai. 2019. Disponível em: <<http://conselho.saude.gov.br/apresentacao-cns>>. Acesso em: 27 mar. 2020.

<sup>5</sup> CNS. Conselho Nacional de Saúde. Apresentação. 24 set. 2018 atual. 08 mai. 2019. Disponível em: <<http://conselho.saude.gov.br/apresentacao-cns>>. Acesso em: 27 mar. 2020.

de Ética em Pesquisa). Estes comitês multidisciplinares, pela Resolução nº 1/1998, tinha como função analisar as pesquisas em seres humanos nas diversas áreas de conhecimento, bem como fomentar a discussão sobre Bioética.

O Comitê de Ética em Pesquisa, por sua vez, é um Colegiado interdisciplinar e independente, com múnus público, que deve existir nas Instituições que realizam pesquisas envolvendo seres humanos no Brasil.<sup>6</sup> No Brasil existem mais de 840 comitês de ética em pesquisa, localizados em instituições de todas as regiões. A Universidade de Brasília, por exemplo, possui conselhos voltados para pesquisa com seres humanos, os quais estão localizados nas faculdades de Ciências da Saúde (FS), de Medicina (FM), de Ceilândia (FCE), no Instituto de Ciências Humanas (IH), e de Direito (FD). Os Comitês de Ética em Pesquisa foram criados para defender os interesses dos sujeitos da pesquisa em sua integridade e dignidade, bem como para contribuir no desenvolvimento da pesquisa dentro de padrões éticos.<sup>7</sup>

O artigo 91 da citada Resolução nº 1/1988 definia ser atribuição do Comitê de Ética emitir parecer “sobre os aspectos éticos das pesquisas propostas, mediante a revisão dos riscos, dos benefícios, do Termo de Consentimento Pós-Informação, entre outros, contidos nos protocolos de pesquisa, de modo a garantir o bem-estar e os direitos dos voluntários participantes nas referidas pesquisas.”<sup>8</sup> E mesmo diante do avanço que a Resolução nº 1/1988 trazia ao disciplinar que “toda a pesquisa em que o ser humano for submetido a estudo, deverá prevalecer o critério de respeito à sua dignidade e à proteção de seus direitos e bem-estar”<sup>9</sup>, a crescente discussão ética mundial, fez com que a citada resolução se mostrasse ainda incipiente. Sendo assim, para complementá-la surgiu, oito anos após, um novo documento nacional do CNS abordando os aspectos éticos em pesquisa, era a Resolução 196, de 10 de outubro de 1996.

A Resolução nº 196/1996, que é até os dias atuais é a legislação regulatória geral vigente sobre ética em pesquisa, define pesquisa como sendo a “classe de atividades cujo objetivo é desenvolver ou contribuir para o conhecimento generalizável.” E diz, ainda, “o conhecimento generalizável consiste em teorias, relações ou princípios ou no acúmulo de

---

<sup>6</sup> SCHNAIDER, 2008.

<sup>7</sup> SCHNAIDER, 2008.

<sup>8</sup> BRASIL. Resolução nº 1, de 13 de junho de 1988 revogada pela Resolução 196, de 10 de outubro de 1996.

<sup>9</sup> BRASIL, 1988 revogada pela Resolução 196, de 10 de outubro de 1996.

informações sobre as quais estão baseados, que possam ser corroborados por métodos científicos aceitos de observação e inferência.”<sup>10</sup>

Essa resolução, define que eticidade na pesquisa implica nos seguintes aspectos:

- a) consentimento livre e esclarecido dos indivíduos-alvo e a proteção a grupos vulneráveis e aos legalmente incapazes (autonomia). Neste sentido, a pesquisa envolvendo seres humanos deverá sempre tratá-los em sua dignidade, respeitá-los em sua autonomia e defendê-los em sua vulnerabilidade;
- b) ponderação entre riscos e benefícios, tanto atuais como potenciais, individuais ou coletivos (beneficência), comprometendo-se com o máximo de benefícios e o mínimo de danos e riscos;
- c) garantia de que danos previsíveis serão evitados (não maleficência);
- d) relevância social da pesquisa com vantagens significativas para os sujeitos da pesquisa e minimização do ônus para os sujeitos vulneráveis, o que garante a igual consideração dos interesses envolvidos, não perdendo o sentido de sua destinação sócio-humanitária (justiça e equidade).<sup>11</sup>

Essa resolução surgiu após amplo debate entre a comunidade científica e representantes da sociedade civil, sendo elaborado pelo Ministério da Saúde com o intuito de normatizar as diretrizes de todas as pesquisas que envolvessem seres humanos no território nacional. Essa Resolução nº 196/96 instalou a Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP), instância colegiada, de natureza consultiva, deliberativa, normativa, educativa e independente, vinculada ao Conselho Nacional de Saúde. Atualmente, as pesquisas somente conseguem publicação nas revistas científicas nacionais ou internacionais, após aprovação prévia fornecida por um comitê de ética institucional,<sup>12</sup> razão pela qual o projeto da presente tese passou, previamente, por avaliação ética.

Em que pese a Resolução nº 196/96 considerar, tradicionalmente, apenas a pesquisa biomédica, esse cenário tem se modificado para fins de dialogar com outras tradições de pesquisa. Entretanto, esse sistema por vezes suscita questões inadequadas, demonstrando desconhecimento das metodologias qualitativas, utilizadas pelas ciências sociais e humanas e acaba que muitos pesquisadores dessas áreas, preferem não submeter seus projetos aos CEP's,<sup>13</sup> seja por entender desnecessário, seja por desconhecimento, seja por considerar um sistema burocrático.

---

<sup>10</sup> BRASIL. Resolução nº 466, de 10 de outubro de 1996. *Diário Oficial da União*, n. 12, quinta-feira, 13 de junho de 2013, Seção 1, Página 59.

<sup>11</sup> BRASIL, 1966.

<sup>12</sup> BRASIL, 1966.

<sup>13</sup> GUERRIERO, Iara Coelho Zito; MINAYO, Maria Cecília de Souza. O desafio de revisar aspectos éticos das pesquisas em ciências sociais e humanas: a necessidade de diretrizes específicas. *Physis: Revista de Saúde Coletiva*, v. 23, n.3, Rio de Janeiro, Jul./Set., 2013.

Algumas comunidades disciplinares defendem mecanismos próprios de regulação das boas práticas de pesquisa e, portanto, consideram desnecessária a participação de especialistas de outros campos na revisão ética de seus projetos. Há ainda quem acredite que a ética na pesquisa deve ser uma atribuição e responsabilidade de cada pesquisador, não havendo razões para questioná-lo antes da execução do seu projeto. Por outro lado, uma segunda ordem de questionamentos não reconhece autoridade moral no sistema de revisão ética vigente no país, em particular pelo viés biomédico de suas regras, práticas e operações de trabalho. Os que defendem essa posição não rejeitam a revisão ética como uma atividade coletiva e multidisciplinar, apenas não se reconhecem no modelo instituído.<sup>14</sup>

Entretanto, os estudantes e pesquisadores devem compreender a importância da adoção de procedimentos éticos à pesquisa. Isto porque, o mito da neutralidade científica, ou seja, a ciência produzida por cientistas isentos, já não subsiste, pelo menos entre pesquisadores das ciências sociais e humanas; já que a pesquisa é influenciada e por vezes até definida pela disponibilidade de financiamentos, pela inserção social do pesquisador, por questões de gênero, etnia, condição socioeconômica e, ainda, pelo pertencimento a uma determinada comunidade acadêmica. Assim, necessário um guia de comportamento aos pesquisadores.<sup>15</sup>

Essa temática da ética em pesquisa tem sido alvo de intensas discussões entre pesquisadores e cientistas brasileiros, sendo atualmente um ponto consensual para a comunidade científica de modo a respeitar os direitos humanos fundamentais dos participantes.<sup>16</sup> No Direito, em especial, em que o neoconstitucionalismo afirma a arcaicidade do positivismo jurídico, exigindo uma teoria do direito muito mais flexível e humanizada, a ética em pesquisa deve ser primada de modo a contribuir para a formação acadêmica dos futuros operadores do Direito.

O sistema de revisão ética brasileiro é ainda pouco compreendido por pesquisadore(a)s de países nos quais, de modo geral, os comitês de ética estão localizados em centros de pesquisas e não há um órgão nacional que controle todo o processo de revisão<sup>17</sup> como é o caso, no Brasil, do Conselho Nacional de Saúde (CNS), órgão de controle social vinculado ao Ministério da Saúde (MS), órgão do Poder Executivo Federal

---

<sup>14</sup> DINIZ, Débora. A pesquisa social e os comitês de ética no Brasil. p. 189-190. In: FLEISCHER, Soraya; SHUCH, Patrice (Orgs.). *Ética e regulamentação na pesquisa antropológica*. Brasília: Letras Vivas, 2010.

<sup>15</sup> GUERRIERO; MINAYO, 2013.

<sup>16</sup> SOUZA, Cristiano Guedes de. O que é ética em pesquisa: Dirce Guilhem e Debora Diniz. *RECIIS – Revista Eletrônica de Comunicação, Informação e Inovação em Saúde*. Rio de Janeiro, v.2, Sup.1, p.Sup.98-Sup.100, Dez., 2008. Sup. 98.

<sup>17</sup> SOUZA, 2008.

responsável pela organiza o e elabora o de planos e políticas públicas voltados para a promo o, a preven o e a assistência   saúde dos brasileiros.<sup>1819</sup>

O tema da  tica em pesquisa nas Ciências Humanas passou a ser intensamente discutido na década de 1980 nos Estados Unidos. Tratava-se de um momento de efervescência das pesquisas urbanas com grupos alternativos aos estudos clássicos na área de sociologia ou antropologia, em estudos voltados a usuários de drogas, traficantes, presos, adolescentes, bem como de surgimento de novas questões de pesquisa, tais como a violência e a sexualidade. Foi nesse período que as primeiras regula es nacionais de  tica em pesquisa com seres humanos surgiram a nível internacional, provocando controvérsia sobre sua legitimidade para campos diversos das Ciências Biomédicas ou mesmo sobre a pertinência destas para as metodologias qualitativas.<sup>20</sup>

Semelhantemente aos debates ocorridos nos Estados Unidos, no Brasil também houve uma recusa inicial em reconhecer o modelo biomédico de regula o da  tica em pesquisa com seres humanos como válido para as pesquisas qualitativas em Ciências Humanas, especialmente as que utilizam técnicas de entrevista ou registros etnográficos. Embora a Resolu o CNS n  196/1996 fosse um documento válido para todas as áreas disciplinares, sua inspira o normativa e metodológica foram as pesquisas no campo médico, razão da estranheza   prática investigativa das ciências humanas<sup>21</sup> e sociais.

A revisão  tica deve ser capaz de dialogar com os pressupostos disciplinares e metodológicos das Ciências Humanas, o que não parece ser o caso da estrutura regulatória prevista na Resolu o CNS 196/1996.<sup>22</sup> Em vista disso, outras resolu es foram emitidas pelo Conselho Nacional de Saúde.

A Resolu o CNS n  196/1996 definia as normas para pesquisas envolvendo seres humanos, atualizando as diretrizes nacionais de 1988 e está fundamentada nos principais documentos internacionais, tendo sido amplamente discutida pela sociedade civil organizada, comunidade científica, sujeitos da pesquisa e Estado. Essa Resolu o

---

<sup>18</sup> PORTAL do Governo Brasileiro. *Ministério da Saúde*: Institucional. Disponível em: <<http://www.saude.gov.br/aceso-a-informacao/institucional>>. Acesso em: 25 ago. 2019.

<sup>19</sup> A título de informa o o sistema brasileiro de revisão  tica   inspirado na Declara o de Helsínquia ou Helsinque – conjunto de princípios éticos que regem a pesquisa com seres humanos redigida pela Associa o Médica Mundial no ano de 1964 – e conta com o apoio de vários campos disciplinares, editores científicos, universidades e institui es de saúde. SOUZA, 2008.

<sup>20</sup> DINIZ, Débora.  tica na pesquisa em ciências humanas - novos desafios. *Ciência & Saúde Coletiva*, vol.13, n.2, pp.417-426, 2008, p. 418.

<sup>21</sup> DINIZ, 2008, p. 418.

<sup>22</sup> DINIZ, 2008, p. 418.



instituiu a Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP) e alavancou a criação de 160 CEPs (Comitês de Ética em Pesquisa) locais, cuja formação é multidisciplinar, encarregados de analisar os protocolos de pesquisas, ensaios e estudos que envolvem seres humanos em todas as áreas do conhecimento.<sup>23</sup>

A Resolução CNS Nº 466, de 12 de dezembro de 2012, que revogou a Resolução CNS nº 196/1996, incorpora, sob a visão do indivíduo e das coletividades, “referenciais da bioética, tais como, autonomia, não maleficência, beneficência, justiça e equidade, dentre outros, e visa a assegurar os direitos e deveres que dizem respeito aos participantes da pesquisa, à comunidade científica e ao Estado.”, conforme descrito em suas disposições preliminares.

Conforme a Resolução CNS Nº 466/2012, a eticidade da pesquisa envolvendo seres humanos implica em:

- a) respeito ao participante da pesquisa em sua dignidade e autonomia, reconhecendo sua vulnerabilidade, assegurando sua vontade de contribuir e permanecer, ou não, na pesquisa, por intermédio de manifestação expressa, livre e esclarecida;
- b) ponderação entre riscos e benefícios, tanto conhecidos como potenciais, individuais ou coletivos, comprometendo-se com o máximo de benefícios e o mínimo de danos e riscos;
- c) garantia de que danos previsíveis serão evitados; e
- d) relevância social da pesquisa, o que garante a igual consideração dos interesses envolvidos, não perdendo o sentido de sua destinação sócio-humanitária.

Todos esses cuidados éticos, em que pesem se refiram às pesquisas envolvendo seres humanos e que sejam submetidas aos CEPs, nada mais são que os cuidados que todos os discentes e docentes do curso de Direito devem saber e aplicar na formação acadêmica dos cursos jurídicos, de modo a formar futuros profissionais comprometidos não apenas com as normas jurídicas, mas também com a ética em pesquisa e com o respeito aos direitos humanos e fundamentais.

A vinculação do Sistema CEP/Conep aos periódicos científicos tem fortalecido, no Brasil, o sistema de revisão ética no que tange aos saberes biomédicos.<sup>24</sup> Entretanto, alguns periódicos científicos da área de humanidades têm reconhecido a legitimidade do atual sistema para a pesquisa social, influenciando pesquisadores das áreas de ciências

---

<sup>23</sup> PUBLICAÇÃO DA CONEP. Comissão Nacional de Ética em Pesquisa. *Cadernos de Ética em Pesquisa*, ano I, n. 1, Jul. 1998. p. 3.

<sup>24</sup> DINIZ, 2010. p. 183-192.

humanas e sociais aplicadas a, em havendo pesquisa que envolva contato com seres humanos, submetê-las previamente   análise do sistema.

Essa consciência, em que pese construída paulatinamente, deve ser incentivada pelas Universidades, tanto pela cria o de CEPs quanto por sua ampla divulga o, e pelos docentes em sala de aula. Nos cursos de gradua o e p s-gradua o em Direito, especialmente, essa discussão deve ser ampliada de modo a forma o de seres críticos e comprometidos com a  tica e a justiça social.

Segundo Diniz, “a no o de descoberta aproxima-se mais da atividade criativa que do encontro com o desconhecido”.<sup>25</sup> Assim, a sensibilidade às práticas da pesquisa social, além de facilitar o trabalho de avalia o dos limites e potencialidades do modelo de revisão  tica vigente<sup>26</sup>, permite a forma o  tica e humanizada dos discentes que com elas possuem contato.

### **3 PESQUISA NO CAMPO DAS CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS E A PESQUISA EM DIREITO**

A pesquisa nas áreas das Ciências Humanas e Sociais e Direito tem sido objeto de análise pelo(a)s estudiosos do tema. Inclusive, há aquele(a)s que partem de uma crítica dirigida   própria produ o acadêmica nas áreas. Na  rea de Direito essa crítica se caracteriza pelo fato de possuir uma produ o relativamente atrasada, afirma o baseada em análise da institucionaliza o recente da produ o na pós-gradua o em Direito e editais de fomento.<sup>27</sup>

Para abordar sobre este relativo atraso da área do Direito em rela o as demais disciplinas das ciências humanas, Nobre propõe um diagnóstico esquemático e geral da pesquisa em Direito no Brasil, sem pretender provar pormenorizadamente as teses apresentadas e tampouco desenvolver com amplitude os temas e problemas abordados, mas sugerir uma necessária e precisa agenda de discussão.<sup>28</sup>

---

<sup>25</sup> DINIZ, 2010, p. 184.

<sup>26</sup> DINIZ, 2010, 190.

<sup>27</sup> FRAGALE FILHO, Roberto; VERONESE, Alexandre. A pesquisa em Direito: diagnóstico e perspectivas. *Revista Brasileira de Pós-Gradua o*, v. 1, n. 2, p. 53-70, nov. 2004, p. 53.

<sup>28</sup> NOBRE, Marcos. Apontamentos sobre a pesquisa em direito no Brasil. *Cadernos Direito GV*, v. 1, n. 1, p. 3-19, 2004. p. 3. Disponível em: <<https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/2779>>. Acesso em: 30 ago. 2019.

Nobre questiona como o Direito, enquanto disciplina acadêmica, não conseguiu acompanhar o crescimento qualitativo da pesquisa científica em ciências humanas no Brasil nas últimas décadas. Segundo esse autor, tal questionamento possui ao menos dois pressupostos importantes. O primeiro pressuposto seria que a pesquisa brasileira em ciências humanas atingiu índices elevados, comparáveis aos internacionais em muitas disciplinas, após a implanta o do sistema de p s-gradua o no país; e, o segundo pressuposto   que no geral, a pesquisa em direito acompanhou, em boa medida, o crescimento quantitativo das outras disciplinas de ciências humanas.<sup>29</sup>

Nessa linha, Veronese destaca o silogismo de que a pesquisa brasileira, de um modo geral, alcançou patamares internacionais de qualidade, sendo, pois, sin nimo de qualidade (primeira premissa), e, por sua vez, a pesquisa em Direito, apesar de acompanhar esse ritmo de crescimento quantitativo, não está no mesmo patamar (segunda premissa); o que acarreta afirmar, como consequência, ainda que seja uma afirma o antiga e fragilmente construída, que a pesquisa jurídica não exibe adequados padrões de qualidade, como evidenciado pela ausência de inser o internacional.

Visando ampliar essa reflexão, outro questionamento suscitado   “será que a área de Direito possui outras especificidades e, por causa delas, seu desenvolvimento e prática são distintos daqueles realizados nas demais disciplinas das ciências humanas?”<sup>30</sup> Esse questionamento se dá pelo fato de que embora a pesquisa em direito tenha crescido, ainda assim, há um relativo atraso em rela o as demais ciências humanas. Segundo Nobre, isso se d  em razão da “combina o de dois fatores fundamentais: o isolamento em rela o a outras disciplinas das ciências humanas e uma peculiar confusão entre prática profissional e pesquisa acadêmica”.<sup>31</sup>

Atualmente, para compreender as ferramentas de entendimento da produ o do conhecimento do direito e a ele relacionado,   essencial ter compreensão de como se d  o conhecimento jurídico. A forma o jurídica, tanto no sentido profissional quanto acad mico, se apresenta, quase que de forma universal, como a prepara o realizada pelas universidades ou cursos superiores de gradua o e p s-gradua o em Direito. Embora existam vários modelos para a forma o de juristas, a regra geral dos países adotou os modelos de forma o com caráter universitário, o que evidencia que o conhecimento

---

<sup>29</sup> NOBRE, 2004, p. 4.

<sup>30</sup> FRAGALE FILHO; VERONESE, 2004, p. 53-54.

<sup>31</sup> NOBRE, 2004, p. 4.

técnico-científico ligado   aptidão profissional jurídica exige a inser o da pessoa interessada no mundo universitário. Por sua vez, a universidade se tornou um espaço mais amplo e plural, incorporando a produ o e reprodu o de uma variedade de conhecimentos e práticas que outrora não eram reconhecidas como científicas; fen meno que não   adstrito ao campo do Direito.<sup>32</sup>

Um problema que vem sendo sistematicamente identificado nas análises sobre a forma o jurídica “  o fato de o ensino jurídico estar fundamentalmente baseado na transmissão dos resultados da prática jurídica de advogados, juízes, promotores e procuradores, e não em uma produ o acadêmica desenvolvida segundo critérios de pesquisa científica.”<sup>33</sup> Ou seja, no campo do Direito, há uma peculiar confusão entre teoria e prática, ou melhor dizendo, entre a elabora o teórica e a prática profissional, responsável pela visão limitada de teoria jurídica que possui vigência na produ o nacional.<sup>34</sup>

A partir do diagnóstico de Nobre, Fragale Filho e Veronese tra am-se perspectivas para a pesquisa em Direito a partir da “hipótese de que a área de Direito possui peculiaridades que não podem ser subjugadas”,<sup>35</sup> e trazem um novo questionamento não contido nas reflexões de Nobre<sup>36</sup>, qual seja, “será que a área de Direito possui outras especificidades e, por causa delas, seu desenvolvimento e prática são distintos daqueles realizados nas demais disciplinas das ciências humanas?” Para tanto, Fragale Filho e Veronese defendem a necessidade de renova o das técnicas jurídicas para que os operadores do Direito possam realizar reflexões necessárias para garantir a operacionaliza o de um sistema de justiça com excelência.<sup>37</sup>

Como exemplo de especificidade que faz com que o desenvolvimento e prática das pesquisas jurídicas sejam distintas daquelas realizadas nas demais disciplinas das ciências, temos o fato de que a pesquisa jurídica conta com a atua o de pesquisadores

---

<sup>32</sup> VERONESE, Alexandre. Pesquisa em direito. Enciclopédia jurídica da PUC-SP. In: Celso Fernandes Campilongo, Alvaro de Azevedo Gonzaga e André Luiz Freire (coords.). *Tomo: Teoria Geral e Filosofia do Direito*. 1. ed. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2017. Disponível em: Disponível em: <<https://enciclopediajuridica.pucsp.br/verbete/141/edicao-1/pesquisa-em-direito>>. Acesso em: 30 ago. 2019.

<sup>33</sup> NOBRE, 2004, p. 7.

<sup>34</sup> NOBRE, 2004, p. 7.

<sup>35</sup> FRAGALE FILHO; VERONESE, 2004, p. 53.

<sup>36</sup> O texto de Fragale Filho e Veronese faz referência   obra “NOBRE, Marcos. Apontamentos sobre a pesquisa em Direito no Brasil. *Novos Estudos Cebrap*, n. 66, p. 145-153, São Paulo. jul. 2003.”

<sup>37</sup> FRAGALE FILHO; VERONESE, 2004, p. 58.

que trabalham de forma isolada, e não de grupos articulados.<sup>38</sup>   por essa razão que o método clínico pode ser considerado inovador ao Direito, pois os discentes do curso de gradua o em Direito devem trabalhar conjuntamente, não apenas entre si, mas também em diálogo constante com o(a)s docentes e, inclusive, discentes de outros cursos de gradua o e/ou p s-gradua o, quando possível.

Na perspectiva do mercado de trabalho jurídico, aqueles que realizavam diagnóstico de que os cursos de direito em geral não preparam seus alunos para a vida prática, para Nobre, parecem equivocados; pois, nos melhores cursos de direito do Brasil, os quais devem servir de parâmetro avaliativo, o(a)s estudantes de direito se bacharelavam e saíam preparado(a)s para o mercado de trabalho e para o desempenho de fun es no âmbito do Judiciário. Para Nobre, o problema reside no fato de que o mercado de trabalho em direito no Brasil possui padrões pouco exigentes,<sup>39</sup> perfil este que tem mudado, especialmente na última década, com a implanta o do Processo Judicial Eletr nico, novo Código de Processo Civil, altera es legislativas em prol dos meios de resolu o alternativas de conflitos e novos princípios jurídicos.

Entretanto, essa necessidade de um novo perfil para o(a)s estudantes de gradua o em Direito se apresenta no Brasil desde a abertura econ mica do país, na década de 1990, que instituiu novas exigências e padrões internacionais de competência e forma o em alguns ramos, o que resultou, dentre outras mudanças, no aumento expressivo de cursos de p s-gradua o em direito.<sup>40</sup> Inclusive, não contabilizando os mestrados profissionalizantes, haja vista que não há nenhum aprovado e recomendado para a área jurídica, pode-se afirmar que a p s-gradua o em direito constitui a maior subárea de p s-gradua o acadêmica das Ciências Sociais Aplicadas<sup>41</sup>.

Nessa linha, as escolas de direito têm um papel determinante no nível de exigência do mercado de trabalho em direito, modelo de curso de gradua o e p s-gradua o em direito que ainda se mostra manifestamente insatisfatório diante da abertura econ mica iniciada<sup>42</sup> há quase três décadas.

Mas esse não   um problema apenas do Brasil. Nos últimos tempos, no mundo todo, houve uma mudança radical no cenário jurídico quanto ao seu modo de

---

<sup>38</sup> FRAGALE FILHO; VERONESE, 2004, p. 62.

<sup>39</sup> NOBRE, 2004, p. 9.

<sup>40</sup> NOBRE, 2004, p. 10.

<sup>41</sup> FRAGALE FILHO; VERONESE, 2004, p. 56.

<sup>42</sup> NOBRE, 2004, p. 10.

funcionamento.<sup>43</sup> Nos Estados Unidos, por exemplo, as faculdades de Direito eram marcadas por um excesso de práticas acad micas ruins, tais como:

Era comum a diploma o de alunos por verdadeiro decurso de prazo, dada a ausência de exames regulares. O próprio curso era aviltado em sua dura o, sendo uma gradua o de dois ou, quando muito, de três anos. Os professores usualmente eram apenas “práticos” sem que houvesse grande produ o científica. Aliás, a pesquisa acadêmica era completamente ausente, entre outros problemas.<sup>4445</sup>

Antes, o Direito era como uma sociedade fechada, com escritórios de advocacia oferecendo serviços abrangentes a seus clientes. Para Kaushal, o que realmente abalou o cenário jurídico nos tempos modernos foi o recente colapso financeiro e a recessão global que afetou a economia de vários países. Com a queda e o aperto do mercado financeiro e de capitais, os problemas aumentaram e a única op o que restou era buscar a ajuda externa de especialistas que pudessem oferecer seus serviços profissionais a custos reduzidos. Um dos primeiros serviços confiados a agências especializadas foi a pesquisa e a escrita jurídicas. Isso não deve menosprezar sua importância – de fato, em termos do papel crucial que desempenha no setor jurídico, ocupa uma posi o privilegiada entre todos os serviços de “back-end”.<sup>46</sup>

O(A) estudante de direito ou mesmo o(a) advogado(a), costumeiramente, realiza uma sistematiza o da doutrina, jurisprudência e legisla o referente ao caso em estudo e seleciona os argumentos que considera mais relevantes   constru o da tese jurídica para fins de solucionar a controvérsia ou tornar efetiva e segura a realiza o de um negócio jurídico.<sup>47</sup> Na elabora o de um parecer, por sua vez, o(a) jurista defende uma tese aparentemente sem influência de uma estratégia advocatícia definida e, neste caso,

---

<sup>43</sup> KAUSHAL, Ritu. [How Important is Legal Research and Writing in Legal Sector?](https://www.cogneesol.com/blog/how-important-is-legal-research-and-writing-in-legal-sector/) *Cogneesol*, 9 dec. 2019. Disponível em: <<https://www.cogneesol.com/blog/how-important-is-legal-research-and-writing-in-legal-sector/>>. Acesso em: 16 ago. 2020.

<sup>44</sup> FRAGALE FILHO; VERONESE, 2004, p. 63. Segundo os autores, as informa es para o presente t pico foram extraídas basicamente da obra de LAPIANA, William P. *Logic and experience: the origin of modern american legal education*. Oxford: Oxford University Press, 1994.

<sup>45</sup> Em sua obra, Lapiana conclui que “a história   mais complexa, e as forças envolvidas na cria o da escola de direito moderna são mais variadas do que se imagina”. Tradu o nossa do texto original que diz: “the story is more complex, and the forces involved in the creation of the modern law school are more varied than has been realized”. LAPIANA, 1994.

<sup>46</sup> KAUSHAL, 2019.

<sup>47</sup> NOBRE, 2004, p. 10.

para Nobre, haveria uma certa autonomia acadêmica em relação ao exercício profissional, haja visto que “o parecer não procura, no conjunto do material disponível, um padrão de racionalidade e inteligibilidade para, só então, formular uma tese explicativa, o que seria talvez o padrão e o objetivo de uma investigação acadêmica no âmbito do direito.”<sup>48</sup>

Esse modo de construção jurídica é uma forma-padrão de argumentação que é quase sinônimo de produção acadêmica em direito, o que se pode constatar da leitura de grande parte dos trabalhos acadêmicos nessa área. Essa forma-padrão de argumentação, goza de um papel de destaque porque parece se distanciar da atividade mais imediata da produção advocatícia, mas, em verdade, a reforça, pois “mesmo que se aceite que há um momento de formação da convicção do parecerista, tal momento não pode ser divulgado, em razão da relação contratual de que deriva sua existência”.<sup>49</sup>

Todavia, para ser um bom operador do direito, é preciso fazer bom uso da pesquisa jurídica, ferramenta essencial que envolve a pesquisa básica de casos e de marcos teóricos que são o ponto de partida para a resolução de controvérsias.<sup>50</sup> Para a pesquisa jurídica é preciso habilidades especiais para que não se realize uma pesquisa superficial e sem substância. É preciso manter os altos padrões da pesquisa. Inclusive, é muito comum dizer que a força do(a)s advogado(a)s não reside no conhecimento puro do direito, mas na capacidade de pesquisar e ajustar os resultados da pesquisa por meio da interpretação otimizada das conclusões alcançadas.<sup>51</sup>

Embora pareça simples, saber pesquisar não é um trabalho fácil, é preciso desenvolver ao longo do curso de graduação em Direito – melhor seria se ao longo da vida acadêmica – a habilidade para realizar pesquisas, o que independe da área de estudo. A pesquisa jurídica, então, é um pouco mais complexa, mas seu passo mais básico é encontrar o ponto chave que governa os problemas em torno de determinada questão.<sup>52</sup> Isto porque, toda decisão judicial, toda afirmação e todo argumento levantado, ou seja, toda tese jurídica, deve ser apoiada por afirmações e citações de autoridade. Assim, redação jurídica e pesquisa jurídica se complementam.<sup>53</sup>

---

<sup>48</sup> NOBRE, 2004, p. 10.

<sup>49</sup> NOBRE, 2004, p. 11.

<sup>50</sup> BAKHSI, Anubha. Legal Research Importance and Benefits. *Legal Outsourcing Company – CLO*, 2016.

<sup>51</sup> KAUSHAL, Ritu. *Op. Cit.*

<sup>52</sup> BAKHSI, 2016.

<sup>53</sup> KAUSHAL, 2019.

Alguns dos problemas comuns que o(a)s pesquisadore(a)s do direito enfrentam durante a pesquisa são: 1. A possibilidade de, durante o processo de pesquisa, realizar uma interpretação incorreta dos problemas em jogo. 2. As mudanças na lei de um Estado ou País em particular em relação a outro. 3. Encontrar a lei adequada para a resolução do caso.<sup>54</sup>

Quanto ao primeiro ponto, temos que a interpretação incorreta dos problemas envolvidos no caso pode resultar em pesquisa não relevante. Portanto, a identificação do problema certo a ser resolvido é essencial para uma pesquisa satisfatória e que atenda aos anseios de compreensão, interpretação e aplicação da lei adequada.<sup>55</sup>

Com relação ao segundo ponto, a depender da questão a ser solucionada, se envolve a lei de mais um de Estado ou País, é preciso estar atento(a) as particularidades para que se possa chegar a uma conclusão apropriada. É preciso explorar cuidadosamente os fatos de um caso, definindo as questões jurídicas que precisam ser pesquisadas, tais como a doutrina que se aborda a temática, a lei e a jurisprudência de cada Estado ou País, as questões sociais que envolvem a demanda, e sobre todas as estratégias, realizar análise, reflexão, interpretação, debate, identificando os pontos relevantes.<sup>56</sup>

E, quanto ao terceiro ponto, temos que encontrar a lei e o direito corretos depende da capacidade do(a) pesquisador(a) de analisar os arquivos encontrados durante o processo de pesquisa, a qual precisa ser levada a sério. É preciso que o(a) pesquisador(a) esteja comprometido em desenvolver continuamente suas habilidades de pesquisa, sempre se atualizando das mudanças legislativas, doutrinárias e jurisprudenciais, o que pode levar longas horas de dedicação. Assim, é preciso que o(a) pesquisador(a) tenha paciência e desejo de aprender, mantendo-se atualizado ao longo de sua carreira.<sup>57</sup>

Isto porque, a pesquisa jurídica é a atividade que reúne informações que dão suporte jurídico a qualquer documento ou artigo científico. A pesquisa jurídica trata-se de um processo que se inicia com a extração de fatos de um leque de fontes pertinentes ao assunto, os quais serão analisados e interpretados para então serem aplicados os resultados da investigação.<sup>58</sup>

---

<sup>54</sup> BAKHSI, 2016.

<sup>55</sup> BAKHSI, 2016.

<sup>56</sup> BAKHSI, 2016.

<sup>57</sup> BAKHSI, 2016.

<sup>58</sup> KAUSHAL, 2019.



Por sua vez, a alega o de desconhecimento do(a) pesquisador(a) quanto a mudança da lei, não pode ser usada como desculpa para o cumprimento indevido de seu dever como investigado(a)r, devendo listar os recursos que foram consultados durante o processo de pesquisa, a fim de comprovar a autenticidade do material apresentado. Assim, a chave para uma pesquisa jurídica eficaz   desenvolver uma boa tática de pesquisa e seguir uma abordagem eficaz.<sup>59</sup> A pesquisa   parte fundamental da forma o jurídica.<sup>60</sup>

Outra especificidade que faz com que o desenvolvimento e prática das pesquisas jurídicas sejam distintas daquelas realizados nas demais disciplinas das ciências,   o fen meno de uma baixa institucionaliza o na pesquisa científica em Direito, o que pode ser visto sob duas perspectivas. A primeira perspectiva   considerar que há uma esterilidade da produ o jurídica tradicional, ou seja, que há um atraso considerável na institucionaliza o da pesquisa científica do Direito em compara o com as demais ciências sociais. A segunda perspectiva seria que a produ o científica jurídica possui uma diferencia o epistemológica radical, ou seja, há uma distin o entre os estudos jurídicos e os outros campos das ciências sociais.<sup>61</sup> Sobre o assunto, vejamos quadro a seguir:

**Quadro 3** - Hipóteses sobre o fen meno da baixa institucionaliza o na pesquisa científica em Direito

<b>Institucionaliza�o da pesquisa científica do Direito</b>	
<b>Hipótese do atraso</b>	<b>Hipótese da diferença</b>
Enquanto outros campos científicos já se encontravam em franca expansão e inser�o qualitativa nas décadas de 60 e 70, o Direito ainda começa a trilhar esse caminho.	O olhar acad�mico volta-se para dentro e fecha-se à possibilidade de um verdadeiro diálogo acad�mico com as outras áreas.

**Fonte: Fragale Filho; Veronese (2004, p. 66-67)**

Sobre a perspectiva que leva em conta a hipótese do atraso, Fragale Filho e Veronese compreendem que se trata de uma leitura pejorativa da pesquisa jurídica, ao

<sup>59</sup> BAKHSI, 2016.

<sup>60</sup> FRAGALE FILHO; VERONESE, 2004, p. 65.

<sup>61</sup> FRAGALE FILHO; VERONESE, 2004, p. 66.

passo que a perspectiva que leva em conta a hipótese da diferença, vê essa hipótese como “uma bandeira política, um marco na defesa de um campo acadêmico por um grupo de pessoas, que seriam os legítimos detentores de um determinado saber e fazer. Nessa perspectiva, o olhar acadêmico volta-se para dentro e fecha-se” ao diálogo acadêmico com as outras áreas.<sup>62</sup> Entretanto, diante da evolução científica esse isolamento dos campos de conhecimento tende a afrouxar para incorporar diálogos interdisciplinares na busca de uma formação acadêmica ampla.

Para compreender a importância da pesquisa para a formação acadêmica em direito, necessário investigar sobre a pesquisa qualitativa e a pesquisa quantitativa na área jurídica, muitas vezes relegadas nas faculdades de direito em favor de uma educação arcaica e mecanizada que não atende aos anseios da contemporaneidade.

#### **4 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A importância da ética em pesquisa no campo do Direito é um tema que cada dia mais ganha relevância diante das particularidades e desafios enfrentados por essa área. O relativo atraso da pesquisa em Direito, conforme destacado por Nobre, está associado ao isolamento disciplinar e à confusão entre prática profissional e pesquisa acadêmica. Esse isolamento impede um diálogo mais fecundo com outras áreas do conhecimento, essencial para o avanço científico e para a produção de conhecimento de qualidade. Além disso, a formação jurídica tradicionalmente relacionada à transmissão de práticas profissionais limita a capacidade crítica e investigativa dos acadêmicos, restringindo a inovação e a criação de novas perspectivas teóricas.

Para a renovação das técnicas e práticas de pesquisa em Direito, o método clínico e o trabalho colaborativo entre discentes e docentes são apresentados como alternativas para superar o isolamento e fomentar um ambiente acadêmico mais dinâmico e interdisciplinar.

A ética em pesquisa na área jurídica não se restringe apenas ao cumprimento de normas e diretrizes, mas envolve um compromisso com a qualidade, a inovação e a abertura ao diálogo interdisciplinar. Nesse sentido, a pesquisa jurídica deve ser conduzida com rigor metodológico, assegurando que os resultados contribuam para a evolução do campo. A superação das barreiras atuais depende da valorização da pesquisa acadêmica

---

<sup>62</sup> FRAGALE FILHO; VERONESE, 2004, p. 67.

em Direito, do incentivo ao diálogo interdisciplinar e da forma o de profissionais capacitados a enfrentar os desafios contemporâneos com competência e responsabilidade  tica.

## REFERÊNCIAS

BAKHSI, Anubha. Legal Research Importance and Benefits. 16 ago. 2016. Disponível em: <<https://www.completelegaloutsourcing.com/legal-research-importance-and-benefits/>>. Acesso em: 27 mar. 2020.

BRASIL. Resolu o n  466, de 10 de outubro de 1996. Diário Oficial da União, n. 12, quinta-feira, 13 de junho de 2013, Se o 1, Página 59.

CNS. Conselho Nacional de Saúde. Apresenta o. 24 set. 2018 atual. 08 mai. 2019. Disponível em: <<http://conselho.saude.gov.br/apresentacao-cns>>. Acesso em: 27 mar. 2020.

DINIZ, Débora. A pesquisa social e os comitês de  tica no Brasil. In: FLEISCHER, Soraya; SHUCH, Patrice (Orgs.).  tica e regulamenta o na pesquisa antropológica. Brasília: Letras Vivas, 2010.

DINIZ, Débora.  tica na pesquisa em ciências humanas - novos desafios. Ciência & Saúde Coletiva, vol.13, n.2, pp.417-426, 2008. p. 418.

FIOCRUZ - Funda o Oswaldo Cruz. Pesquisa e ensino:  tica em pesquisa. Disponível em: <<https://portal.fiocruz.br/etica-em-pesquisa>>. Acesso em: 25 ago. 2019.

FRAGALE FILHO, Roberto; VERONESE, Alexandre. A pesquisa em Direito: diagnóstico e perspectivas. Revista Brasileira de Pós-Gradua o, v. 1, n. 2, p. 53-70, nov. 2004.

GUERRIERO, Iara Coelho Zito; MINAYO, Maria Cecília de Souza. O desafio de revisar aspectos éticos das pesquisas em ciências sociais e humanas: a necessidade de diretrizes específicas. Physis: Revista de Saúde Coletiva, v. 23, n.3, Rio de Janeiro, Jul./Set., 2013.

KAUSHAL, Ritu. How Important is Legal Research and Writing in Legal Sector? Cogneesol, 9 dec. 2019. Disponível em: <<https://www.cogneesol.com/blog/how-important-is-legal-research-and-writing-in-legal-sector>>. Acesso em: 16 ago. 2020.

LAPIANA, William P. Logic and experience: the origin of modern american legal education. Oxford: Oxford University Press, 1994.

NOBRE, Marcos. Apontamentos sobre a pesquisa em direito no Brasil. Cadernos Direito GV, v. 1, n. 1, p. 3-19, 2004. p. 3. Disponível em: <<https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/2779>>. Acesso em: 30 ago. 2019.

NOBRE, Marcos. Apontamentos sobre a pesquisa em Direito no Brasil. *Novos Estudos Cebrap*, n. 66, p. 145-153, São Paulo. jul. 2003.

PORTAL do Governo Brasileiro. Ministério da Saúde: Institucional. Disponível em: <<http://www.saude.gov.br/aceso-a-informacao/institucional>>. Acesso em: 25 ago. 2019.

PUBLICAÇÃO DA CONEP. Comissão Nacional de  tica em Pesquisa. *Cadernos de  tica em Pesquisa*, ano I, n. 1, Jul. 1998. p. 3.

SCHNAIDER, Taylor Brandão.  tica e pesquisa. *Acta Cirurgica Brasileira*, vol.23, n.1, São Paulo Jan./Feb. 2008. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-86502008000100017](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-86502008000100017)>. Acesso em: 25 ago. 2019.

SOUZA, Cristiano Guedes de. O que    tica em pesquisa: Dirce Guilhem e Debora Diniz. *RECIIS – Revista Eletrônica de Comunica o, Informa o e Inova o em Saúde*. Rio de Janeiro, v.2, Sup.1, p.Sup.98-Sup.100, Dez., 2008. Sup. 99.

UnB Notícias.  tica em pesquisa com humanos   tema de reunião na FCE. 24 abr. 2019. Disponível em: <<https://www.noticias.unb.br/76-institucional/2876-etica-em-pesquisa-com-humanos-e-tema-de-reuniao-na-fce>>. Acesso em: 25 ago. 2019.

VERONESE, Alexandre. Pesquisa em direito. *Enciclopédia jurídica da PUC-SP*. In: Celso Fernandes Campilongo, Alvaro de Azevedo Gonzaga e André Luiz Freire (coords.). Tomo: Teoria Geral e Filosofia do Direito. 1. ed. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2017. Disponível em: <<https://enciclopediajuridica.pucsp.br/verbete/141/edicao-1/pesquisa-em-direito>>. Acesso em: 30 ago. 2019.